

## Quase 30% da população recebia menos de R\$ 500 em 2021, diz FGV

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Marcello Camargo/Arquivo/Agência Brasil Pesquisa mostra impacto da pandemia no bolso dos brasileiros Em 2021, cerca de 29,6% da população brasileira... Em 2021, cerca de 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o começo da série histórica, iniciada em 2012. O número representa aumento de 9,6 milhões em relação a 2019. Os dados foram apresentados no Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social). Em entrevista à Agência Brasil, o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comentou que o cenário foi impactado por crise em cima de crise, uma delas causada pela pandemia, que veio de fora do país, o que ocorreu também no período do choque do petróleo em 1982. Neri também destacou que, na pandemia, o nível da ocupação no mercado de trabalho sofreu grande impacto e caiu muito representando um choque nunca visto antes nas séries. O professor comentou que o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação. Neri vê melhora no nível de emprego: “A ocupação já voltou, a gente tem tido boas notícias de desemprego em queda, emprego formal em alta, já recuperando todas as perdas da pandemia. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e informais”. Mas teme que esses ganhos sejam minimizados pela inflação: “É verdade que teve uma recuperação de ocupação, desemprego já estava cedendo e continua cedendo em 22, só que a inflação alta acaba corroendo a renda das pessoas no mercado de trabalho”, disse. Entre no canal do Brasil Econômico no Telegram e fique por dentro de todas as notícias do dia. Siga também o perfil geral do Portal iG O professor falou também sobre o papel do auxílio emergencial durante a crise. Segundo ele, o pagamento do auxílio, que em nove meses foi equivalente a nove anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, mas com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele cita também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. “Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos”, concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou. O estudo também analisou a sua composição geográfica da pobreza para identificar os seus estoques e fluxos no território brasileiro. Santa Catarina foi a unidade da federação com a menor taxa de pobreza em 2021 (10,16%). Já a maior proporção de pobres estava no Maranhão (57,90%). Entre os 146 estratos espaciais segmentados na pesquisa, o litoral e a Baixada Maranhense foram os de maior pobreza em 2021 (72,59%). Em movimento contrário, o menor foi o município de Florianópolis (5,7%). Na avaliação por unidade da federação, entre 2019 e 2021, o maior avanço da pobreza se deu em Pernambuco (8,14 ponto percentual), seguido de Rondônia (6,31 ponto percentual) e do Espírito Santo (5,92 ponto percentual). Conforme o estudo, as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 ponto percentual) e Piauí (0,03 ponto percentual). O foco do estudo é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Anual, disponibilizados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) COMENTE ABAIXO: PEC de 'bondades': senadores criticam emergência, mas votarão a favor Publicados 32 minutos atrás em 30 de junho de 2022 Senadores da oposição manifestaram preocupação com a redação da PEC das 'bondades', que será votada nesta quinta-feira (30) na Casa e institui até o fim do ano um estado de emergência no Brasil. O objetivo é viabilizar a criação e a ampliação de uma série de benefícios sociais a três meses das eleições, com custo de R\$ 38,7 bilhões. Entre no canal do Brasil Econômico no Telegram e fique por dentro de todas as notícias do dia. Siga também o perfil geral do Portal iG Os senadores estão preocupados especialmente com um dos incisos da proposta. O risco, disseram, era criar um cheque em branco. Esse inciso dizia que, durante o estado de emergência, seria observada a “não aplicação de qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza”. Relator da PEC, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) se comprometeu a tirar esse trecho. O texto da PEC destina até R\$ 1,3 bilhão “para fazer a atualização tecnológica necessária à concessão desse benefício”. Também destina R\$ 50 milhões para esse mesmo objetivo no caso do vale-gás. Os dois benefícios são pagos pela Caixa Econômica Federal. Apesar da PEC ser patrocinada pelo governo, a autoria formal do texto é de parlamentares. Mesmo contrariados, senadores dizem que votarão a favor do projeto. O líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), disse que a bancada do seu partido tentará “aprimorar” e discutir melhor o texto. O senador apresentou uma emenda para retirar o estado de emergência do teto da PEC, por entender que isso não tem respaldo no arcabouço legal vigente. “A bancada do PT naturalmente não vai se colocar contrário a categorias e pessoas que precisam de auxílio. A gente continua considerando que são soluções imparciais e incompletas e eleitoreiras, mas não vamos nos colocar contrários a isso”, disse o senador. “Eu considero um exagero desnecessário, um casuísmo, a decretação do estado de emergência”. Parlamentares criticam O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) reconheceu que a proposta fere diversas leis, mas disse que votará a favor. “Estamos quebrando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a regra de ouro, o teto de gastos, a Lei Eleitoral. Estamos quebrando muita coisa, estamos abrindo uma exceção enorme. A minha razão me diz assim: “Você não pode fazer isso, você não pode votar a favor disso porque você está violando todo o sistema legal”. Mas o meu coração me diz: “Se você não votar a favor disso, você é um monstro que está impedindo que se dê de comer a crianças que têm fome”. Então, não há como ser contra essa PEC, não tem como. Nós votaremos “sim”. Todos nós votaremos “sim””, afirmou. As despesas previstas com a PEC serão pagas fora do teto de gastos, regra que trava as despesas federais, e das demais regras fiscais. Por isso, é necessário uma PEC, para mudar a Constituição. Líder da oposição, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionou a abrangência da emergência, mas também indicou voto a favor. “Quais os limites desse estado de emergência? Até onde ele vai? Do que se trata? O que pode ser feito? O que não pode?”, questionou. O senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que votará contra a PEC: “Às vésperas das eleições, o Senado tenta aprovar uma emenda à Constituição instituindo uma situação de emergência para liberar gastos da ordem de R\$ 38 bilhões, passando por cima de todas as regras fiscais. Nenhum problema é maior do que a situação de insegurança alimentar de milhões de famílias. A crise, contudo, não é de hoje e devemos, sim, buscar recursos para aliviar a pobreza de tantas famílias. Mas há outros meios para isso”. Governo defende O líder do governo, senador Carlos Portinho (PL-RJ), defendeu a proposta. “Nós vivemos, sim, uma emergência que é internacional. Podemos aqui discutir se é um conceito jurídico ou se é apenas uma justificativa, mas negar esta emergência internacional é impossível, porque ela é óbvia. O que quero dizer é que, discussão jurídica à parte, há uma emergência”, disse Portinho. “Me parece que todos concordam com as medidas que estão sendo colocados, desde que haja segurança para não se tratar de um cheque em branco”. Benefícios na PEC A versão final da proposta foi apresentada nesta quarta-feira pelo senador Fernando Bezerra Coelho, ex-líder do governo. Além de aumentar o benefício mínimo para R\$ 600 (hoje são R\$ 400), a proposta permite zerar a fila do Auxílio Brasil, o programa que substitui o Bolsa Família. Hoje, são 1,6 milhão de famílias na fila do Auxílio Brasil. Ou seja, são pessoas que têm direito ao benefício, mas que não foram incluídos no programa por restrições orçamentárias. Atualmente,

cerca de 18 milhões de famílias recebem o benefício. Bezerra negou que a proposta seja uma porta aberta para os gastos, e disse que a PEC limita as despesas. “Os efeitos do reconhecimento do estado de emergência ficarão circunscritos aos valores e medidas contidas na PEC. Não vai ser uma porta aberta para realização de novas despesas, o estado de emergência limita a utilização de recursos para o enfrentamento da crise social. Não é um cheque em branco, é um reconhecimento limitado às medidas que estão sendo sugeridas”, disse. Auxílio para caminhoneiro Além do Auxílio Brasil, a PEC cria um auxílio para caminhoneiros autônomos de R\$ 1.000 mensais, a um custo de R\$ 5,4 bilhões até o fim do ano. Para atingir esse público, o governo usará um cadastro da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), atualizado até o fim de maio. O objetivo é que não haja uma corrida por novos cadastros. Os dados da ANTT apontam que, até maio, havia 872.320 transportadores autônomos de cargas no país. São essas pessoas que serão beneficiadas com o Pix Caminhoneiro. Caberá ao Ministério da Economia definir o operador bancário responsável pela operacionalização dos pagamentos. O Senado discute a possibilidade ainda de criar o mesmo benefício para motoristas de táxi e de aplicativos de transporte, a um custo de R\$ 3 bilhões. O senador disse também que haverá uma compensação pela gratuidade a idosos no transporte público, com o intuito de evitar que as tarifas subam, a um valor de R\$ 2,5 bilhões. Esse valor será destinado aos municípios e às empresas de transporte urbano. Vale-gás Bezerra ainda incluiu uma compensação aos estados para reduzirem os impostos sobre o etanol, de maneira a deixar esse combustível com a mesma competitividade da gasolina. Isso custará R\$ 3,8 bilhões. Já a ampliação do vale-gás deve custar aproximadamente R\$ 1 bilhão. Hoje, o vale-gás garante às famílias beneficiadas um valor de 50% do preço médio de revenda do botijão de GLP (hoje em R\$ 53). Com a nova proposta, a União iria subsidiar 100% do preço a cada dois meses. Todas essas medidas terão caráter emergencial e duração prevista até 31 de dezembro de 2022. A exceção é a fila do Auxílio Brasil — os beneficiários serão incluídos no programa permanentemente. O senador disse que as medidas serão pagas com receitas extraordinárias, como a decorrente da privatização da Eletrobras, de R\$ 26 bilhões, e dividendos de estatais (especialmente Petrobras e os bancos públicos), de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões. Inicialmente, a PEC previa uma compensação aos estados em troca de eles zerarem alíquota do ICMS sobre diesel e gás até o fim do ano. Essa ideia foi abandonada pelo Congresso, que passou a discutir criar benefícios diretamente à população a três meses da eleição. **COMENTE ABAIXO:**



Marcello Camargo/Arquivo/Agência Brasil Pesquisa mostra impacto da pandemia no bolso dos brasileiros

Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC de 'bondades': senadores criticam emergência, mas votarão a favor



Marcello Camargo/Arquivo/Agência Brasil Pesquisa mostra impacto da pandemia no bolso dos brasileiros

Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC de 'bondades': senadores criticam emergência, mas votarão a favor